



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS OSASCO



HIAGO CARVALHO SILVA

Comparabilidade e análise de *Disclosure* da NBC TG 25 em empresas listadas na B3.

OSASCO/SP

2021

HIAGO CARVALHO SILVA

Comparabilidade e análise de *Disclosure* da NBC TG 25 em empresas listadas na B3.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo – Campus Osasco.

Orientador: Professor Dr. Marcelo Rabelo Henrique.

OSASCO/SP

2021

SILVA, Hiago Carvalho.

Comparabilidade e análise de Disclosure da NBC TG 25 em empresas listadas na B3. - Osasco, 2021.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo – Campus Osasco, 2021.

Orientador: Professor Dr. Marcelo Rabelo Henrique.

1. Provisões 2. Passivo Contingente 3. Ativo Contingente.

AGRADECIMENTOS

Como primeiro agradecimento, dedico ao Professor Dr. Marcelo Rabelo, o qual me auxiliou para a conclusão deste trabalho e me orientou quanto a temática apresentada nesta pesquisa, pontos de melhorias e outros que foram bem percorridos neste trabalho.

Em adicional, agradeço meus familiares que sempre estiveram me apoiando e incentivando na carreira acadêmica inicialmente e futuramente na carreira profissional, com muito suporte e atenção.

Além disso, agradeço aos meus amigos que já havia conhecido antes de iniciar a graduação e aos novos que conquistei ao longo destes anos de estudo na Universidade Federal de São Paulo, onde estávamos sempre apoiando uns aos outros para concluir esta etapa com excelência e compostura.

Por fim, agradeço também aos professores que tive a oportunidade de conhecer durante minha jornada na faculdade, que incentivaram e repassaram o conteúdo que possuíam com os demais alunos, sempre torcendo para o melhor de todos eles.

RESUMO

Com o mundo cada vez mais globalizado e a interação entre as companhias ao redor do mundo as empresas precisaram se adaptar para que houvesse certo padrão não só nas demonstrações contábeis, mas em todo o setor econômico. A pesquisa desenvolvida nesse trabalho tem como base especificamente a NBC TG 25 que trata das provisões e passivos e ativos contingentes. O presente trabalho objetivou analisar empresas listadas na B3, separadas pelos níveis 1 e 2 de Governança Corporativa e Novo Mercado acerca do *disclosure* de informações relacionadas ao NBC TG 25 que foram disponibilizadas por essas companhias. Foram analisadas então 221 empresas divididas entre os três níveis de governança da seguinte forma - 21 do 2º Nível, 27 do 1º Nível e 173 de Novo Mercado, onde, de acordo com as métricas estabelecidas, caso os itens fiquem entre 0,8 e 1 serão considerados com um alto nível de *Disclosure*, entre 0,59 e 0,79 médio nível de *Disclosure* e menor que 0,59 um baixo nível de *Disclosure*. Sendo assim, este trabalho, uma pesquisa bibliográfica, documental e descritiva. De acordo com a análise dos resultados efetuada pôde-se observar que, entre os quesitos analisados as empresas do Nível 2 de Governança Corporativa e de Novo Mercado apresentaram média 0,65, já as empresas caracterizadas como 1º Nível de Governança foi o único grupo que obteve média diferente dos demais embora muito próxima, ficando com 0,60. De maneira geral concluiu-se que as empresas possuíram o mesmo nível de precisão em relação ao *Disclosure* dos aspectos relacionados ao NBC TG 25, entretanto se diferenciando entre si nos itens específicos que compõem a pesquisa, mostrando assim certa diferença entre os grupos.

Palavras-chave: Provisão; passivo contingente; ativo contingente.

ABSTRACT

With the world increasingly globalized and the interaction between companies around the world, companies needed to adapt so that there was a certain standard not only in the financial statements, but in the entire economic sector. In Brazil, one of those responsible for accounting standards is the CPC - Accounting Pronouncements Committee created in 2005 by the CFC - Federal Accounting Council with the purpose of seeking to standardize accounting procedures. The research developed in this work is based specifically on NBC TG 25, which deals with provisions and contingent liabilities and assets. This study aimed to analyze companies listed on B3, separated by levels 1 and 2 of Corporate Governance and Novo Mercado about the disclosure of information related to NBC TG 25 that were made available by these companies. We then analyzed 221 companies divided between the three levels of governance as follows - 21 from the 2nd Level, 27 from the 1st Level and 173 from “Novo Mercado”, where, according to the established metrics, if the items are between 0.8 and 1 will be considered with a high level of disclosure, between 0.59 and 0.79 medium level of disclosure and less than 0.59 a low level of disclosure. According to the analysis of the results, we could observe that, among the analyzed items, the companies of Level 2 of Corporate Governance and of the New Market presented an average of 0.65, whereas the companies characterized as 1st Level of Governance were the only group that obtained different from the others, although very close, with 0.60. In general, we could conclude that the companies had the same level of precision in relation to the disclosure of aspects related to NBC TG 25, however differing from each other in the specific items that make up the research, thus showing a certain difference between the groups.

Keywords: Provision; contingent liabilities; contingent assets.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Comparativo entre os tipos de segmento de mercado das empresas listadas na B3..... | 17 |
| Tabela 2: Amostra das empresas do segmento Novo Mercado | 20 |
| Tabela 3: Amostra do segmento Nível 1 de Governança Corporativa | 21 |
| Tabela 4: Amostra do segmento Nível 2 de Governança Corporativa | 21 |
| Tabela 5: Disclosure de Informações sobre Provisões do segmento Nível 1 de Governança Corporativa por quesito analisado | 22 |
| Tabela 6: Disclosure de Informações sobre Provisões do segmento Nível 2 de Governança Corporativa por quesito analisado | 23 |
| Tabela 7: Disclosure de Informações sobre Provisões do segmento Novo Mercado por quesito analisado | 24 |
| Tabela 8: Disclosure de Informações sobre Contingências do segmento Nível 1 de Governança Corporativa por quesito analisado | 24 |
| Tabela 9: Disclosure de Informações sobre Contingências do segmento Nível 2 por quesito analisado | 25 |
| Tabela 10: Disclosure de Informações sobre Contingências do segmento Novo Mercado por quesito analisado | 26 |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|----|
| 1. | INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1 | Objetivos | 9 |
| 1.1.1 | Objetivo Geral | 9 |
| 1.1.2 | Objetivos Específicos | 9 |
| 2. | JUSTIFICATIVA | 10 |
| 3. | REFERENCIAL TEÓRICO | 11 |
| 3.1 | NBC TG 25..... | 11 |
| 3.2 | Provisão | 11 |
| 3.3 | Passivo Contingente | 12 |
| 3.4 | Ativo Contingente | 13 |
| 3.5. | <i>Disclosure</i> | 14 |
| 3.6. | Segmento empresas B3 | 15 |
| 3.6.1 | Nível 1 de Governança Corporativa | 15 |
| 3.6.2 | Nível 2 de Governança Corporativa | 16 |
| 3.6.3 | Novo Mercado | 16 |
| 4. | METODOLÓGICA | 18 |
| 5. | ANÁLISE DE RESULTADOS | 22 |
| 6. | CONCLUSÃO | 27 |
| 7. | BIBLIOGRAFIA | 28 |

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos vemos um aumento na necessidade de melhoria na divulgação de informações contábeis, em decorrência da equivalência das normas brasileiras com o restante do globo. Dentro disso, temos criações e alterações nas normas de contabilidade como os CPCs (Comitê de Pronunciamento Contábil) que foram instituídos inicialmente em 2005 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução CFC nº 1.055, de 07/10/2005, este possui relação com o IAS (International Accounting Standards) e o IFRS (International Financial Reporting Standards) que busca a uniformização dos procedimentos e políticas contábeis, melhorando a estrutura conceitual, proporcionando assim uma mesma interpretação das demonstrações contábeis entre países.

Pode-se dizer também que essas normas oriundas do CPC, NBC e IFRS, ditam a forma dos demonstrativos contábeis, dado que elas descrevem e comentam sobre o momento e necessidade de reconhecimento e divulgação de eventos passados, presentes e futuros, dependendo do contexto de cada acontecimento. A partir destas normas, com cada fato gerador, ou seja, acontecimento contábil, as entidades devem entender e efetuar os lançamentos analisando o regime de caixa, reconhecimento com a movimentação de caixa, ou regime de competência, reconhecimento no momento da ocorrência do evento. Além disso, as entidades devem entender quais informações devem ser divulgadas, para não causar dúvidas nos usuários da informação e sempre atendendo as exigências das normas contábeis.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o Disclosure das informações com provisões de empresas listadas na B3.

1.1.2. Objetivos Específicos

Como objetivo específico desta pesquisa, tem-se de analisar as notas explicativas das 221 empresas listadas na B3 referente ao Disclosure sobre itens relativos à NBC TG 25.

2. JUSTIFICATIVA

Ao longo dos últimos anos, tem ocorrido alterações, atualizações e novas normas contábeis, em decorrência da tentativa de unificação das informações e demonstrativos dentro do âmbito contábil para facilitar a compreensão e entendimento de diferentes leitores ao redor do globo.

Verrechia (2001) afirma que as empresas procuram um equilíbrio no qual a informação que a favorece é evidenciada, enquanto a que a desfavorece não é evidenciada e que a entidade tende a divulgar voluntariamente apenas informações positivas.

Para auxiliar neste processo de harmonização de informações, foram criados os CPCs, oriundo do IAS, além dos normativos baseados no IFRS que alteram a forma de reconhecimento e divulgação do conteúdo contábil.

A partir disso, sendo de muita importância o contexto das contingências dentro das demonstrações contábeis, este trabalho parte da pesquisa realizada em 2018 e apresentada em diversos congressos e com tema “Determinantes do *Disclosure* do CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes por Companhias Listadas na B3”, onde irá tratar de empresas de um setor diferente do qual foi apresentado no artigo mencionado anteriormente, a qual tratava das companhias de capital aberto participantes do IBrX 100.

Com a harmonização das informações contábeis através do globo, entende-se que cada vez mais faz-se necessário estudar dentro das empresas a ocorrência de adequação quanto as novas normas que vem sido divulgadas para unificar e padronizar os demonstrativos para usuários de diferentes lugares, sendo nacional ou multinacional. Portanto, a partir deste trabalho espera-se averiguar qual a frequência de *Disclosure* das informações colocadas como necessárias de divulgação pelo CPC e NBC TG 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, das empresas listadas na bolsa de valores da B3 dos segmentos de Novo Mercado, Nível 1 e 2 de Governança Corporativa e qual o nível de mensuração destas entidades (alto, médio ou baixo).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho tem como base a indicação para trabalhos futuros do artigo “Determinantes do *Disclosure* do CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes por Companhias Listadas na B3” onde o autor sugere um aumento na quantidade da amostra de empresas dado que ele acredita que este é um fator limitante dentro de sua pesquisa, porém ainda assim consegue alcançar o objetivo inicialmente proposto.

3.1. NBC TG 25

Aprovado em 26 de setembro de 2009, o NBC TG 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) correlaciona-se ao IAS 37 (Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets), trazendo assim uma diferente definição para provisões e aprimorando as normas para a homogeneidade dos demonstrativos e informações contábeis de forma global. A NBC TG 25 relaciona-se diretamente ao CPC 25. Sendo o CPC um dos maiores órgão para as informações contábeis, foi necessária a aprovação de outros órgãos reguladores de tais como CVM (Comissão de Valores Mobiliários), CFC (Conselho Federal de Contabilidade), BACEN (Banco Central do Brasil), ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

O IAS 37 e a NBC TG 25 asseguram que os critérios de reconhecimento e estimativas apropriados para as provisões devem ser devidamente utilizados, atentando-se quanto a divulgação das informações mais pertinentes em notas explicativas (Oliveira, 2011).

Além disso, Fonteles et al comentam, sobre o fator de o CPC 25 trazer as formas de demonstração e divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, o qual apresenta-se como instrumento hábil de reduzir a assimetria e aumentar a harmonização informacional ligada aos riscos e as incertezas características destes elementos.

3.2. Provisão

A palavra provisão pode ter diversos significados, dependendo assim do seu contexto. Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, provisão é “o ato ou efeito de prover; abundância; fornecimento; carta pela qual o governo confere mercê, cargo, etc. “.

Já o contexto que buscamos é o de provisão contábil, que se trata do efeito de prover, estimar. Até 2010 a definição de provisão para a contabilidade segundo a RESOLUÇÃO CFC Nº 1.066 de 21.12.2005 era:

Provisão é um passivo de prazo ou valor incerto. O termo provisão também tem sido usado no contexto de contas retificadoras, como depreciações acumuladas, desvalorização de ativos e ajustes de valores a receber.

Porém, esta definição foi revogada pela RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.180/09, colocando apenas que “provisão é um passivo de prazo ou valor incerto”. As provisões são feitas baseadas na definição de ativo e passivo contingente, sendo, passivo contingente uma obrigação presente possível resultante de eventos passados na qual depende de acontecimentos futuros não totalmente sob o controle da entidade; ativo contingente um ativo possível que resulta de evento passado e depende de acontecimentos futuros.

3.3. Passivo Contingente

A apresentação dos passivos contingentes já era assegurada pela Deliberação nº 489/05 e posteriormente revogada pela Deliberação nº 594/09 onde ocorreu a aprovação do CPC 25.

Para tornar os demonstrativos mais confiáveis em relação à transparência das informações, ainda em se tratando do CPC 25 que antes de sua publicação o termo provisão era utilizado para se referir a um compromisso ou diminuição de um ativo cuja mensuração se baseava de alguma estimativa (IUDÍCIBUS et al., 2010). De acordo com Klann e Silva (2012), visando o melhor entendimento das informações contábeis aplicadas diretamente ao conceito de provisões, o CPC 25 esclarece alterações em relação à utilização do normativo.

No que diz respeito as alterações trazidas pelo CPC 25, foi ressaltada a necessidade de diferenciação das provisões derivadas de apropriações por competência denominadas de acurrais (receitas auferidas ou despesas incorridas que afetam o lucro líquido da empresa), que são denominadas como apropriações que ocorreram em seu período de competência, sendo menor o grau de incerteza não se denominando assim como provisões das provisões propriamente ditas. (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Conforme o CPC 25 (2009, p. 10) passivo contingente é uma obrigação possível em decorrência de eventos passados cuja efetivação será confirmada combinando ou não com mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, ainda pode ser caracterizado

por uma obrigação presente que decorre de eventos passados, porém não reconhecida por duas condições possíveis:

(i) Não é plausível saída financeira de recursos que incorporam benefícios econômicos que é exigida para liquidar a obrigação, ou;

(ii) O valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

A especificação do passivo contingente conforme a legislação brasileira e as normas internacionais é determinada basicamente pela sua probabilidade de ocorrência podendo adquirir características de I - provável II - Possível ou III - remota, com diferente administração para cada tipo de classificação. (CAETANO et al. 2010).

Além de que conforme o CPC 25 de 2009 os passivos contingentes precisam ser acompanhados amiudadamente, ou seja, caso um passivo passe a ser caracterizado como provável o dispêndio de recursos, nos demonstrativos contábeis devem constar os valores no momento da mudança da característica do passivo, admitindo-se todas as condições para tal.

3.4. Ativo Contingente

Assim como no passivo contingente, de acordo com o CPC 25, “ativo contingente é um possível ativo que resulta de eventos passados cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade”. (CPC 25, 2009).

Para Naninni e Salotti (2009, p. 311) “ativos contingentes são ativos possíveis que resultam de eventos que ocorreram no passado”. Eles surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômico-financeiros para a companhia derivados de eventos não planejados ou esperados por ela.

Esses ativos não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras até que a sua realização da entrada de benefício seja praticamente certa o que automaticamente descaracterizará o ativo como contingente (IUDÍCIBUS et al., 2010).

A Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários nº 489, já determinava que os ativos contingentes não deveriam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis e a característica se manteve com o CPC 25 de 2009, isso pelo fato de a possibilidade dos ativos nunca atingirem a realização de fato.

Sendo assim a divulgação dos ativos caracterizados como contingentes é feita por meio de notas explicativas, quando existir assim a possibilidade da realização de benefícios

econômicos futuros para a entidade, o que também torna, assim como o passivo contingente, a avaliação amiudadamente necessária. (IUDÍCIBUS et al., 2010).

De acordo com Pereira, Giuntini e Boaventura (2002), além das divulgações em notas explicativas dos ativos contingentes as companhias devem, se possível, apresentar um arbítrio do efeito financeiro que a realização desse ativo traria nas demonstrações contábeis. As apresentações dos valores tanto de ativos quanto de passivos contingentes não devem dar indicações dúbias ou serem utilizadas para enviesar probabilidades erradas da possível ocorrência de ganho ou perda e, ainda que não seja possível simular, mensurar ou divulgar informações contingenciais deve ser apresentado o motivo implícito pelo qual as informações não foram divulgadas ou não possam ser mensuradas.

3.5. *Disclosure*

Traduz-se *Disclosure* como divulgação, revelação de determinado fato (CAMBRIDGE, 2021) e define-se como o ato de fornecer/dar novas informações (COLLINS, 2021). Dentro disso, conseguimos

O *Disclosure* dentro das notas explicativas forma um compromisso inalienável da Contabilidade em seus objetivos (LOPES; MARTINS, 2005), em vista da necessidade e finalidade de compartilhar informações aos usuários que as utilizarão no processo de tomada de decisão. A informação contábil divulgada deve possuir características essenciais, como relevância, confiabilidade, uniformidade, consistência e comparabilidade (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006). Conforme discorrido por IUDÍCIBUS (2004), toda informação contábil repassada aos usuários deve ser, em conjunto, adequada, justa e plena.

Verrechia (2001) sugere três categorias dentro do contexto de pesquisa de *Disclosure* no âmbito contábil, sendo eles:

- *Association-based Disclosure* (divulgação baseada em associação) – a primeira relaciona-se ao comportamento do usuário da informação, no caso, os acionistas e o seu impacto no preço das ações e volume;
- *Discretionary-based Disclosure* (divulgação baseada em discricionariedade) – esta segunda categoria retrata a forma que a administração irá repassar o conhecimento

das informações contábeis, entendendo o que deve ser divulgado naquele determinado momento aos usuários;

- *Efficiency-based Disclosure* (divulgação baseada na eficiência) – este último discorre quanto a quais tipos de informações são preferidas pelos usuários no caso de não conhecimento prévio em relação a determinada questão ou assunto.

O International Accounting Standards Board (IASB), através da IAS 10, requer que seja feito o disclosure de eventos de perdas e contingências. E, ainda, as obrigações não reconhecidas, pertinentes a uma avaliação da posição financeira de uma companhia, deveriam ser informadas nas notas explicativas, relatórios ambientais. (Oliveria,2011)

3.6. Segmento empresas B3

Segundo Laser Procianoy e Verdi (2009) os segmentos especiais de mercado das empresas listadas na bolsa de valores da B3 foram implantados em dezembro de 2000 pela antiga BM&FBovespa com o intuito de proporcionar um ambiente de negociação que instigasse maior interesse dos investidores e valorização das ações das entidades. Neste período foram segregados em Novo Mercado, Nível 1 e 2 de Governança Corporativa.

Para a pesquisa realizada, foram utilizadas empresas listadas na bolsa de valores da B3, àquelas que possuem ações emitidas à negociação dentro dos segmentos Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 de Governança Corporativa. Cada uma delas possui determinada característica que as mantém naquele determinado segmento e que se comprometeram, voluntariamente, a adotarem práticas de Governança Corporativa dentro das exigências da legislação.

De acordo com a Figura 1 (pg. 17), pode-se verificar as principais diferenças e pré-requisitos para cada segmento de empresas hoje no mercado de bolsa de valores da B3.

3.6.1. Nível 1 de Governança Corporativa

Conforme a Figura 1 (pg. 17), nota-se que o segmento de Nível 1 de Governança Corporativa possui um foco maior na adoção de práticas que levem a maior transparência e o fácil acesso às informações aos usuários, neste caso o foco são os acionistas. Segundo Zibordi (2008), além das demonstrações já exigidas em regulamento, as entidades dentro deste

segmento precisam divulgar informações adicionais, como por exemplo “um calendário anual de eventos corporativos”.

3.6.2. Nível 2 de Governança Corporativa

Sendo o nível 1, o mais básico quando se trata de características, o nível 2 se coloca a cumprir as regras para o nível 1, porém adiciona-se um conjunto mais amplo de exigências e práticas de governança corporativas e se equipara com o Novo Mercado, assim, a principal diferença entre os dois segmentos, está na possibilidade estas empresas possuírem ações preferenciais negociadas na B3. Segundo o sítio eletrônico institucional da B3, entidade onde são negociadas as ações ordinárias e preferenciais de empresas com capital aberto:

No caso de venda de controle da empresa, é assegurado aos detentores de ações ordinárias e preferenciais o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador, prevendo, portanto, o direito de *tag along* de 100% do preço pago pelas ações ordinárias do acionista controlador.

Por fim, essas ações preferenciais detidas pelos acionistas dão direito de voto em casos de situações críticas, como em aprovação de fusões e incorporações das empresas e também de contratos entre acionista controlador e a entidade em questão, caso estas decisões estejam sujeitas de aprovação na assembleia dos acionistas.

3.6.3. Novo Mercado

Este segmento é considerado um especial pela B3 como parte dos esforços da entidade em promover melhores práticas de governança corporativa. Lançado em 2000, o Novo Mercado desde sua criação tem em vista um padrão de governança corporativa altamente diferenciado. A partir da primeira listagem, em 2002, este segmento possui práticas de governança e *Disclosure* adicionais se comparado com os outros segmentos do mercado, se tornando assim, o padrão de transparência e governança exigido pelos investidores para as novas aberturas de capital.

Seguindo a definição da B3, este segmento destina-se a entidades com um conjunto de regras societárias especiais, além de necessidade de maior controle e com políticas de estruturação de fiscalização. Outra característica que difere este segmento dos demais, é em relação a emissão de suas ações, onde seu capital deve ser exclusivamente de ações com direito

a voto, ou seja, ações ordinárias. Além disso, as entidades devem ter uma área de Auditoria Interna, função de Compliance um Comitê de Auditoria, tendo também que divulgar mensalmente as negociações com valores mobiliários de emissão da empresa.

Tabela 1: Comparativo entre os tipos de segmento de mercado das empresas listadas na B3

| | BOVESPA MAIS | NOVO MERCADO | NÍVEL 2 | NÍVEL 2 | TRADICIONAL |
|---|--|---|---|--|--|
| Percentual Mínimo de Ações em Circulação (free float) | 25% de free float até o sétimo ano de listagem, ou condições mínimas de liquidez | No mínimo 25% de free float | No mínimo 25% de free float | No mínimo 25% de free float | Não há regra |
| Características das Ações Emitidas | Somente ações ON podem ser negociadas e emitidas, mas é permitida a existência de PN | Permite a existência somente de ações ON | Permite a existência de ações ON e PN (com direitos adicionais) | Permite a existência de ações ON e PN | Permite a existência de ações ON e PN |
| Conselho de Administração | Mínimo de três membros (conforme legislação) | Mínimo de cinco membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes | Mínimo de cinco membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes | Mínimo de três membros (conforme legislação) | Mínimo de três membros (conforme legislação) |
| Demonstrações Financeiras Anuais em Padrão Internacional | Facultativo | US GAAP ou IFRS | US GAAP ou IFRS | Facultativo | Facultativo |
| Concessão de Tag Along | 100% para ações ON | 100% para ações ON | 100% para ações ON 80% para ações PN | 80% para ações ON (conforme legislação) | 80% para ações ON (conforme legislação) |
| Adoção da Câmara de Arbitragem do Mercado | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório | Facultativo | Facultativo |

Fonte: Zibordi e Pantoja, 2008

Os comparativos demonstrados retratam as diferenças do que é exigido para cada empresa dentro dos segmentos da B3.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa, assim como o artigo base é colocado como sendo descritivo, bibliográfico e documental. Segundo Vergara (2000, p. 47) uma pesquisa descritiva é aquela que expõe determinadas características de população ou fenômeno, cita também "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação".

Continuando com a linha de pensamento de Vergara (2000), pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida com base em trabalhos e materiais já publicados colocados à disposição do público geral, principalmente, a partir de livros e artigos científicos. Este material utilizado como base para outros trabalhos, pode ser como fonte primária, sendo o trabalho desenvolvido pelo e divulgado por revistas ou editoras, e secundária, àqueles que efetuam a citação do artigo em questão em trabalhos futuros.

Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa documental é a busca e aplicação de dados em fontes primárias, ou seja, com a não citação de trabalhos anteriores, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos, arquivos particulares de instituições e domicílios, o que converge com o descrito por Vergara (2000), onde cita outros meios documentais, sendo eles ofícios, microfilmes, *vídeo tapes*, memorandos, balancetes, diários.

Para o alcance desta pesquisa, foram analisadas as notas explicativas divulgadas no site da B3 de 213 empresas, de 3 tipos de segmentos diferentes, sendo 21 de Nível 2 de Governança Corporativa, 27 Nível 1 de Governança Corporativa e 165 de empresas dentro do Novo Mercado com data base de 31/12/2019. A escolha em si foi feita para analisar o comportamento do *Disclosure* das notas explicativas de empresas de diferentes segmentos do mercado financeiro. Assim as companhias que foram analisadas neste trabalho foram identificadas nas tabelas 2, 3 e 4.

Seguindo a linha da pesquisa base, os resultados serão identificados a partir do percentual do grau de *Disclosure* das provisões e contingências, onde para cada item colocado como necessário pela NBC TG 25 terá um nível alto, médio e baixo de *Disclosure*, onde percentuais entre 1 e 0,8 ficam com mensuração alta, entre 0,79 e 0,6 com mensuração média e entre 0,59 e 0 com mensuração baixa.

A pesquisa funciona com a análise das notas explicativas das empresas e identificação de frequência de divulgação determinada informação solicitada em normativo específico. Para isto, é necessário confirmar se determinada entidade possui ou não provisão reconhecida em balanço no período estudado, em caso positivo, buscam-se maiores informações destas

provisões dentro do que foi divulgado, seguindo as normas da bolsa em que aquelas empresas estão listadas.

Ao se deparar com o descritivo do reconhecimento da provisão, verificam-se informações de saldo inicial e final (conforme divulgado no Balanço Patrimonial da entidade), possíveis adições, baixas, reversões e atualizações de saldos a valor presente em decorrência do tempo daquela determinada provisão, caso não haja alguma dessas alterações, a companhia deve informar a sua não ocorrência. Além dessas informações, a entidade deve fornecer um cronograma esperado para de quaisquer saídas de benefício econômico, além das incertezas quanto ao valor e do cronograma de saídas de benefícios para cada classe de provisão. Por fim, ela deve reconhecer determinado ativo que possa gerar um reembolso a ela e divulgar quanto a essa informação.

Para a análise dos ativos e passivos contingentes, segue-se uma linha de raciocínio próxima, onde a empresa deve informar a classe dos valores que possivelmente gerarão em desembolso futuro, a estimativa financeira destes valores e uma breve descrição destas informações não reconhecidas. Por fim, deve também informar caso ela possua ou não ativo contingente e possíveis reembolsos, além, assim como para as provisões, divulgar as incertezas dos valores e momentos de saídas de benefício econômico. Para os valores de frequência encontrados, foram separados em S (Divulga determinada informação) e N (não divulga determinada informação).

Tabela 2: Amostra das empresas do segmento Novo Mercado

| | | | | |
|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|
| 3R PETROLEUM | CURY | IHPARDINI | MOBLY | SAO MARTINHO |
| AERIS | CVC BRASIL | IMC S/A | MOSAICO | SEQUOIA LOG |
| ALIANSCSONAE | CYRE COM-CCP | INDS ROMI | MOURA DUBEUX | SER EDUCA |
| ALLIAR | CYRELA REALT | INTELBRAS | MOVIDA | SIMPAR |
| ALPER S.A. | D1000VFARMA | INTERMEDICA | MRV | TECHNOS |
| ALPHAVILLE | DIRECIONAL | IOCHP-MAXION | NEOENERGIA | TECNISA |
| AMBIPAR | DURATEX | IRBBRASIL RE | NEOGRID | TEGMA |
| ANIMA | ECORODOVIAS | JALLES MACHAD | ODONTOPREV | TENDA |
| AREZZO CO | EMBRAER | JBS | OMEGA GER | TERRA SANTA |
| ATMASA | ENAUTA PART | JHSF PART | OSX BRASIL | TIM |
| B2W DIGITAL | ENERGIAS BR | JSL | OUROFINO S/A | TIM PART S/A |
| B3 | ENEVA | LAVVI | P. ACUCAR-CBD | TIME FOR FUN |
| BBSEGURIDADE | ENGIE BRASIL | LE LIS BLANC | PAGUE-MENOS | TOTVS |
| BIOSEV | ENJOEI | LIGHT S/A | PARANAPANEMA | TRISUL |
| BK BRASIL | EQUATORIAL | LINX | PDG REALT | TRIUNFO PART |
| BOA VISTA | ESPACOLASER | LOCALIZA | PETROBRAS BR | TUPY |
| BR BROKERS | ESTAPAR | LOCAMERICA | PETRORIO | ULTRAPAR |
| BR MALLS PAR | ETERNIT | LOCWEB | PETZ | UNICASA |
| BR PROPERT | EVEN | LOG COM PROP | PLANOEPLANO | VALE |
| BRASIL | EZTEC | LOG-IN | POMIFRUTAS | VALID |
| BRASILAGRO | FER HERINGER | LOJAS MARISA | PORTO SEGURO | VAMOS |
| BRF SA | FLEURY | LOJAS RENNER | PORTOBELLO | VIAVAREJO |
| CAMIL | FOCUS ON | LOPES BRASIL | POSITIVO TEC | VIVARA S.A. |
| CARREFOUR BR | GAFISA | LUPATECH | PRINER | VIVER |
| CCR SA | GENERALSHOPP | M.DIASBRANCO | PROFARMA | VULCABRAS |
| CEA MODAS | GRENDENE | MAGAZ LUIZA | QUALICORP | WEG |
| CENTAURO | GRUPO MATEUS | MARFRIG | QUERO-QUERO | WIZ S.A. |
| CIA HERING | GRUPO NATURA | MELIUZ | RAIADROGASIL | YDUQS PART |
| CIELO | GRUPO SOMA | MELNICK | REDE DOR | SINQIA |
| COGNA | HAPVIDA | METAL LEVE | RNI | SLC AGRICOLA |
| COPASA | HBR REALTY | METALFRIO | ROSSI RESID | SMILES |
| COSAN | HELBOR | MILLS | RUMO S.A. | SPRINGS |
| COSAN LOG | HIDROVIAS | MINERVA | SABESP | SUZANO |
| CPFL ENERGIA | HYPERA | MITRE REALTY | SANTOS BRP | |
| CSU CARDSYST | IGUATEMI | MMX MINER | SAO CARLOS | |

Fonte: B3. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

Acima são estão apresentadas as 173 empresas do segmento Novo Mercado utilizadas nesta pesquisa.

Tabela 3 Amostra do segmento Nível 1 de Governança Corporativa

| | | | | |
|------------|---------|------------|--------------|--------------|
| ALPARGATAS | BRASKEM | COPEL | GERDAU MET | RANDON PART |
| BANCO BMG | CEDRO | ELETROBRAS | ITAUSA | TRAN PAULIST |
| BANCO PAN | CEEE-D | EUCATEX | ITAUUNIBANCO | USIMINAS |
| BANRISUL | CEEE-GT | FERBASA | LOJAS AMERIC | |
| BRADESCO | CEMIG | FRAS-LE | MERC BRASIL | |
| BRADESPAR | CESP | GERDAU | OI | |

Fonte: B3. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

Acima são estão as 27 empresas do segmento Nível 1 de Governança Corporativa utilizadas nesta pesquisa.

Tabela 4 Amostra do segmento Nível 2 de Governança Corporativa

| | | | | |
|-------------|------------|-----------|--------------|-------------|
| ABC BRASIL | BTGP BANCO | MARCOPOLO | SANEPAR | TRACK FIELD |
| AES TIETE E | CELESC | MULTIPLAN | SARAIVA LIVR | |
| ALUPAR | ENERGISA | PETROBRAS | SUL AMERICA | |
| AZUL | GOL | PINE | TAESA | |
| BANCO INTER | KLABIN S/A | RENOVA | TAURUS ARMAS | |

Fonte: B3. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

Acima são estão as 21 empresas do segmento Nível 2 de Governança Corporativa utilizadas nesta pesquisa.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com as tabelas 5, 6 e 7 são apresentados os resultados do nível de *Disclosure* de provisões nos 3 tipos de segmentos discutidos anteriormente, a partir da coleta de informações das notas explicativas das empresas anteriormente relatadas. E nas tabelas 8, 9 e 10 são demonstrados os resultados do nível de *Disclosure* dos passivos e ativos contingentes nos segmentos já apresentados.

Tabela 5: *Disclosure* de Informações sobre Provisões do segmento Nível 1 de Governança Corporativa por quesito analisado

| | Questão analisada | Freq | % |
|---|---|-------|---------|
| 1 | Os valores contábeis do início e do final do período. | 27 | 100,00% |
| 2 | As naturezas das provisões na data do balanço. | 27 | 100,00% |
| 3 | Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes. | 25 | 92,59% |
| 4 | Valores utilizados e não utilizados revertidos durante o período. | 25 | 92,59% |
| 5 | O aumento, durante o período, no valor descontado a valor presente, proveniente do decurso do tempo, e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto. | 22 | 81,48% |
| 6 | Uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes, para cada classe de provisões. | 1 | 3,70% |
| 7 | Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas; sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, para cada classe de provisões. | 1 | 3,70% |
| 8 | O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado. | 1 | 3,70% |
| | Média | 16,13 | 59,72% |

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

A partir dos resultados vistos acima, percebemos a disponibilização das informações iniciais e finais para todas as empresas analisadas no quesito 1 da tabela 5, vindo com uma diminuição do *Disclosure* quando se trata de informações mais profundas, começando com as demonstrações dos valores adicionais, resultando no aumento das provisões, seguido dos saldos revertidos e o aumento a valor presente das provisões constituídas ao longo dos anos. A diminuição de divulgação acontece principalmente em relação ao cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios, premissas adotadas em relação a eventos futuros e reembolsos esperados onde vemos uma frequência igual para os 3 últimos quesitos, com valor de 4%. Fechando assim com uma média de 59,72%, ou seja, *Disclosure* baixo das informações divulgadas.

Tabela 6: *Disclosure* de Informações sobre Provisões do segmento Nível 2 de Governança Corporativa por quesito analisado

| | Questão analisada | Freq | % |
|---|---|--------------|---------------|
| 1 | Os valores contábeis do início e do final do período. | 21 | 100,00% |
| 2 | As naturezas das provisões na data do balanço. | 21 | 100,00% |
| 3 | Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes. | 19 | 90,48% |
| 4 | Valores utilizados e não utilizados revertidos durante o período. | 19 | 90,48% |
| 5 | O aumento, durante o período, no valor descontado a valor presente, proveniente do decurso do tempo, e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto. | 17 | 80,95% |
| 6 | Uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes, para cada classe de provisões. | 4 | 19,05% |
| 7 | Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas; sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, para cada classe de provisões. | 2 | 9,52% |
| 8 | O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado. | 7 | 33,33% |
| | Média | 13,75 | 65,48% |

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

Para os resultados do Nível 2 de Governança Corporativa, temos resultados próximos se comparados aos do Nível 1, porém, com uma frequência de *Disclosure* superior em alguns itens. Neste segmento, vemos também divulgação das informações de saldo inicial e final do período em questão e a natureza das informações sendo realizada em sua totalidade pelas companhias. Além disso, vê-se um percentual maior de entidades divulgando informação em relação a incertezas de eventos futuros, quanto às saídas de benefícios e reconhecimento de reembolsos, porém, menor nos quesitos numéricos das provisões, ou seja, na demonstração dos valores adicionais de um período para outro, valores utilizados ou revertidos e os atualizados a valor presente em decorrência do tempo de constituição de cada provisão. Fechando assim com uma média de 65,48%, ou seja, *Disclosure* médio das informações contábeis.

Tabela 7: *Disclosure* de Informações sobre Provisões do segmento Novo Mercado por quesito analisado

| | Questão analisada | Freq | % |
|---|---|--------------|---------------|
| 1 | Os valores contábeis do início e do final do período. | 173 | 100,00% |
| 2 | As naturezas das provisões na data do balanço. | 170 | 98,27% |
| 3 | Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes. | 153 | 88,44% |
| 4 | Valores utilizados e não utilizados revertidos durante o período. | 142 | 82,08% |
| 5 | O aumento, durante o período, no valor descontado a valor presente, proveniente do decurso do tempo, e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto. | 94 | 54,34% |
| 6 | Uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes, para cada classe de provisões. | 17 | 9,83% |
| 7 | Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas; sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, para cada classe de provisões. | 15 | 8,67% |
| 8 | O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado. | 24 | 13,87% |
| | Média | 98,50 | 56,94% |

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

Para as provisões do segmento Novo Mercado, vê-se resultados próximos aos dos Nível 1 e 2, onde tem-se 100% de divulgação das informações de saldo inicial e final, além de mensuração alta para as demais perguntas relacionadas aos números que alteraram o saldo de 31/12/2018 para 31/12/2019, com exceção das atualizações dos saldos a valor presente, ficando com mensuração baixa. Além disso, vê-se menos de 10% de divulgação quanto às incertezas e cronograma esperado de saída de benefícios. Assim fechando com média de 56,89% classificada como mensuração baixa no nível de *Disclosure* destas informações em notas explicativas.

Tabela 8: *Disclosure* de Informações sobre Contingências do segmento Nível 1 de Governança Corporativa por quesito analisado

| | Questão analisada | Freq | % |
|---|--|--------------|---------------|
| 1 | As classes de passivos contingentes na data do balanço. | 27 | 100,00% |
| 2 | A possibilidade de qualquer reembolso. | 10 | 37,04% |
| 3 | A indicação de incertezas relacionadas ao valor ou momentos de ocorrência de qualquer saída. | 1 | 3,70% |
| 4 | A estimativa do seu efeito financeiro. | 26 | 96,30% |
| 5 | Uma breve descrição da natureza do passivo contingente. | 24 | 88,89% |
| | Média | 17,60 | 65,19% |

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

Partindo para a análise do *Disclosure* em relação aos passivos e ativos contingentes, vê-se as classes dos passivos contingentes sendo divulgados em 100% das empresas estudadas, assim como foi o caso das provisões para o segmento de Nível 1. E no mesmo ponto, vemos as incertezas relacionadas ao valor e momento de saída dos valores divulgados em notas explicativas, estando com o menor índice de *Disclosure* novamente somente 4% das entidades. Outro ponto a ser destacado é em relação a possibilidade de reembolsos com um percentual de 37,04% das entidades não reconhecendo em seu balanço. Além disso, os resultados para breve descrição do passivo contingente e a estimativa do efeito financeiro daquilo que não foi provisionado com alto nível de divulgação, com frequência de 88,89% e 96,30% respectivamente. Fechando assim com uma média de 65,19%, ou seja, *Disclosure* médio das informações contábeis.

Tabela 9: *Disclosure* de Informações sobre Contingências do segmento Nível 2 por quesito analisado

| | Questão analisada | Freq | % |
|---|--|-------------|----------|
| 1 | As classes de passivos contingentes na data do balanço. | 19 | 90,48% |
| 2 | A possibilidade de qualquer reembolso. | 8 | 38,10% |
| 3 | A indicação de incertezas relacionadas ao valor ou momentos de ocorrência de qualquer saída. | 1 | 4,76% |
| 4 | A estimativa do seu efeito financeiro. | 21 | 100,00% |
| 5 | Uma breve descrição da natureza do passivo contingente. | 17 | 80,95% |
| | Média | 13,20 | 62,86% |

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

Em congruência com o Nível 1 de Governança, para o Nível 2 têm-se um alto *Disclosure* para as classes dos passivos contingentes e descrição da natureza do mesmo. Vê-se também 100% das companhias divulgando a estimativa do efeito financeiro daquela informação caso venha a alterar-se para provisão e em consequência, uma saída de benefício futuro. Diferente do que foi visto para as provisões, para os casos possíveis de desembolso futuro, apresenta-se um percentual de 4,76% das entidades divulgando as incertezas ou momento de saída de valores. Fechando assim com uma média de 62,86%, ou seja, *Disclosure* médio das informações contábeis.

Tabela 10: *Disclosure* de Informações sobre Contingências do segmento Novo Mercado por quesito analisado

| | Questão analisada | Freq | % |
|---|--|-------------|----------|
| 1 | As classes de passivos contingentes na data do balanço. | 158 | 91,33% |
| 2 | A possibilidade de qualquer reembolso. | 36 | 20,81% |
| 3 | A indicação de incertezas relacionadas ao valor ou momentos de ocorrência de qualquer saída. | 15 | 8,67% |
| 4 | A estimativa do seu efeito financeiro. | 168 | 97,11% |
| 5 | Uma breve descrição da natureza do passivo contingente. | 104 | 60,12% |
| | Média | 96 | 55,61% |

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

Para as mensurações obtidas em relação aos saldos possíveis de desembolso futuro, tem-se uma média baixa, assim como a possibilidade de reembolso, porém, pôde-se notar alta frequência da divulgação das classes dos passivos contingentes e sua estimativa dos valores não provisionados em balanço e média mensuração de uma breve descrição daqueles valores não provisionados, porém divulgados em notas explicativas. Fechando assim com uma média de 55,52%, ou seja, *Disclosure* baixo das informações contábeis.

6. CONCLUSÃO

Assim, entende-se que os objetivos inicialmente propostos neste trabalho foram conquistados, onde foram analisadas as notas explicativas das empresas listadas na B3 para os 3 segmentos, além de encontrar a frequência de *Disclosure* realizado por elas e o nível de mensuração para cada quesito. Para os 3 segmentos analisados nesta pesquisa, verificam-se resultados entre baixa e média mensuração de suas médias para as provisões reconhecidas em balanço, quando para os valores divulgados em notas explicativas.

Dentro dos resultados obtidos, pode-se notar uma congruência das informações, onde todos os segmentos apresentaram 100% da divulgação das empresas analisadas para item de saldo inicial e final do balanço, seguindo com as informações das naturezas tanto das provisões realizadas abertas em notas explicativas quanto para os passivos contingentes. Porém, conforme ampliamos a característica da informação, ou seja, seu grau de dificuldade e aprofundamento dos eventos passados que foram provisionados e aqueles que podem gerar desembolso futuro, vê-se uma gradativa redução no *Disclosure* destas informações, principalmente no caso das incertezas quanto a saída de recurso, o cronograma esperado e as principais premissas relacionadas a eventos futuros para cada classe de provisão.

Assim, com a ideia de harmonização de divulgação das informações contábeis, seguindo as normas internacionais, percebe-se que as empresas listadas na bolsa de valores da B3, podem ampliar a profundidade da divulgação do descritivo de suas informações em notas explicativas, seguindo então, os requisitos das normas contábeis, como é o caso do NBC TG 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Como sugestão para trabalhos futuros, analisar outros segmentos das empresas listadas não somente na bolsa da B3, como também efetuar comparações das informações divulgadas em notas explicativas ao decorrer dos anos, para que se tornem perceptíveis possíveis alterações no *Disclosure* das provisões, passivos e ativos contingentes.

7. REFERÊNCIAS

- CAETANO, Thalita P. Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: Um estudo nas Empresas de Papel e Celulose. In: 7º. Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2010.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 25: provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. 2009. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56> >. Acesso em: 02/02/2021.
- Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC 1.180/09. < cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1180.doc > Acesso em: 10/02/2021.
- CRUZ, Cássia V. O. A.; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. Reputação corporativa e nível de *Disclosure* das empresas de capital aberto no Brasil. Revista Universo Contábil, v. 6, n. 1, p. 85-101, jan./mar. 2010.
- Empresas Listadas – Ações. B3: Brasil Bolsa Balcão, 2021. Disponível em < http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm >. Acesso em 27/01/2021.
- FONTELES, Islane V.; NASCIMENTO, Cicero P. S.; PONTE, V. M. R.; Rebouças, Sílvia M. D. P. Determinantes da Evidenciação de Provisões e Contingências por Companhias Listadas na BM&FBovespa. Ceará. 2014.
- HENDRICKSEN, E. S.; VAN BREDa, M. F. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.
- IFRS IAS 37 < <http://ifrsbrasil.com/passivos-e-pl/provisoes-e-contingencias-ativas-e-passivas/provisoes-um-pequeno-ensaio-sobre-a-ias-37> >.
- IUDÍCIBUS, S. de et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.
- LOPES, Alexsandro B.; MARTINS, Eliseu. Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem, São Paulo: Atlas 2005.
- MAPURUNGA, Patricia V. R.; PONTE, Vera M. R.; Coelho, Antônio D. C.; Meneses, Anelise F. Determinantes do nível de *Disclosure* de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. Revista de Contabilidade e Finanças. São Paulo. 2011.
- MARCONI, Marina A; LAKATOS, Eva M. Metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2004.
- NANINNI, Luiz C.; SALOTTI, Bruno M. IAS 37 - Provisões, contingências passivas e contingências ativas. In Ernest e Young FIPECAFFI. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Cristiano. Análise do Cumprimento das Exigências de Reconhecimento, Mensuração e Divulgação das Provisões e Passivos Contingentes: Uma Análise de Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. Monografia (graduação em Ciências Contábeis). 2016, 53 f.

OLIVEIRA, M. A. S. de. Disclosure das contingências e provisões passivas. 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8YAL24>>. Acesso em: 24 de fevereiro 2014.

PEREIRA, Anísio C.; GIUNTINI, Norberto; BOAVENTURA, Wilson Roberto. A mensuração dos passivos ocultos: um desafio para a contabilidade. In. Congresso Brasileiro de Custos, 2002, São Paulo. Anais... São Paulo: CBC, 2008.

PROCIANOY, Jairo L.; VERDI, Rodrigo S. Adesão aos Novos Mercados da BOVESPA: Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 – Determinantes e Consequências. Revista Brasileira de Finanças. Rio de Janeiro. 2009.

PRODANOV, Cristiano C.; FREITAS, Ernani C. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas de pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2013.

RIBEIRO, Antonio C. Provisões, Contingências e Normas Contábeis: Um estudo de gerenciamento de resultado contencioso legal no Brasil. 2012. 91 f.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do Trabalho Científico. 2007.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VERRECHIA, Robert E. Essays on *Disclosure*. Journal of Accounting and Economics. Amsterdam: v. 32, n. 1-3, p. 97-180, dez. 2001.

YAMAMOTO, Marina M.; SALOTTI, Bruno M. Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais. São Paulo: Atlas, 2006.

ZIBORDI, Christopher. M. A. Os Níveis Diferenciados de Práticas de Governança Corporativa da Bovespa. Departamento de Direito. 2008.